

selheiro JASON SOARES ALBERGARIA, bem como as sugestões enviadas pelos Senhores Conselheiros HEBER SOARES VARGAS, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e ANTÔNIO ZAPPALÁ. Informou ainda que, após a apreciação dos textos ora referidos, estabeleceram critérios no sentido de agruparem as metas propostas em "objetivos específicos" e "objetivos gerais", com a finalidade de pautar a sua execução, tanto quanto possível, a curto e longo prazo. Em seguida o relator leu o conteúdo do mencionado planejamento, o qual foi debatido, etapa por etapa, por todos os Senhores Conselheiros presentes. Concluídos os debates a Resolução ficou assim redigida: "RESOLUÇÃO-CNPP Nº-Brasília, 08 de fevereiro de 1983-O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, tendo em vista as linhas gerais de Política Criminal e Penitenciária, estabelecidas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Dr. IBRAHIM ABI-ACKEL, e CONSIDERANDO as sugestões enviadas pela comissão constituída pelo Exmº Senhor Presidente do CNPP para coletar as proposições relativas ao Esboço do Plano de Atividades do Conselho para 1983, elaborado pelo Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, na qualidade de Presidente dessa Comissão, CONSIDERANDO as discussões preliminares sobre o assunto na reunião plenária do CNPP, nesta data, e CONSIDERANDO enfim, os estudos críticos da comissão constituída para análise dessas sugestões, delibera aprovar o PLANO DE ATIVIDADES DO CNPP para o corrente exercício atendendo aos seguintes objetivos: I - OBJETIVOS ESPECÍFICOS-a)-Colaborar na forma regimental com o Exmº Senhor Ministro da Justiça na tramitação dos projetos de reforma das leis penais, em tudo o que vise à compatibilização com a planificação global da política penitenciária;-b)-Encaminhar ao Exmº Senhor Ministro da Justiça a análise que o CNPP fará das Leis Orgânicas da Magistratura, do Ministério Público e dos Anteprojetos de Lei da Polícia Civil e Militar, relativamente à adequação de tais diplomas com as diretrizes da Política Penitenciária Nacional;-c)-Encaminhar ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos as violações dos direitos da pessoa do preso averiguadas nas inspeções ou visitas aos estabelecimentos prisionais;-d)-Recomendar a desafetação de estabelecimentos penais condenados pelas inspeções do DEPEN, especialmente os estabelecimentos fechados e os manicômios judiciais;-e)-Encaminhar ao Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça as conclusões do Plenário do CNPP sobre os relatórios de inspeção do DEPEN;-f)-Implantar a Escola Penitenciária Nacional;-g)-Implementar o Programa Nacional de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos Penitenciários, nos termos da proposta aprovada em ata de 15 de dezembro de 1980;-h)-Desenvolver a formação especializada do pessoal do sistema penal, do pesquisador e do planejador;-i)-Adequar no País as normas de legislação positiva da O N U, desenvolvendo a cooperação internacional no campo penitenciário, realçando as recomendações dos congressos internacionais, notadamente as Resoluções nºs 08 e 10 do VI Congresso, ajustando-as à atual política penitenciária nacional e às inovações do Anteprojeto de Lei de Execução Penal;-j)-Propor a compatibilização dos programas de curso das instituições de ensino que tratam de Política Penitenciária, tais como Universidades, Escolas Penitenciárias, Judiciais, Policiais e outra com os critérios reitores da Política Penitenciária Nacional, e incentivar a elaboração de convênios, projetos de pesquisa e ensino, e a criação de instituto de criminologia;-k)-Promover a articulação das atividades do CNPP e do DEPEN com os governos estaduais e com as instituições regionais que cuidam da política penitenciária, com ênfase nos seguintes objetivos:-Implantação de órgão central da administração penitenciária nos Estados, onde não houver, qualquer que seja a sua natureza jurídica, bem como centro de observação, comissão de classificação, equipe interdisciplinar, serviços de semi-liberdade e pós-penal, e infra-estrutura material e técnica, com eventual ajuda da União;-melhoria do pessoal qualificado de todo sistema penal, com formação especializada e estatuto próprio;-urgente instalação ou incentivo de assistência jurídica nas instituições prisionais;-l)-Opinar sobre a programação de recursos do FAS na construção de estabelecimentos para o jovem adulto, profissionalização do preso, equipamento de oficinas profissionalizantes, execução de projetos industriais e

agrícolas, e implantação da infra-estrutura material e técnica dos serviços de semi-liberdade e pós-cura;-m)-Enfatizar a urgência da aprovação de Anteprojeto da nova estrutura do DEPEN;-n)-Recomendar ao DEPEN a elaboração de Anteprojetos sobre o Regulamento da futura lei penitenciária (art. 202 do Anteprojeto), o estatuto-padrão de pessoal penitenciário e o regimento interno padrão dos estabelecimentos prisionais;-o)-Recomendar a formação especializada, com destaque na criminologia, para os membros da equipe interdisciplinar de inspeção, observação e tratamento;-p)-Promover a edição da Revista do CNPP e do DEPEN, publicada semestralmente;-q)-Promover estudos para criação do Museu Penitenciário e de bibliotecas especializadas;-r)-Instituir o "Prêmio SERRANO NEVES" homenagem ao Saudoso Conselheiro que, com dedicação, entusiasmo e competência integrou este Conselho;-s)-Levar a efeito a publicação dos ANAIS do Iº Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária.II-OBJETIVOS GERAIS-a)-Proceder a estudos sobre as metas prioritárias da Política Penitenciária Nacional para a sua inserção nos Planos Nacionais de Desenvolvimento;-b)-Sensibilizar a comunidade para a participação na Política Penitenciária do Estado, como co-responsável pelo problema da criminalidade e por suas soluções;-c)-Realizar o IIº Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, dando ênfase à Criminologia e a Ciência Penitenciária;-d)-Determinar a atualização das Recomendações Básicas do Ministério da Justiça, com sua adequação à atual Política Penitenciária Nacional e as inovações do Anteprojeto da Lei de Execução Penal;-e)-Realizar reuniões periódicas com os dirigentes do Serviço Penitenciário. O CNPP designará Grupos de Trabalho para alcançar os objetivos propostos no presente plano. Assume a Presidência dos trabalhos o Senhor Vice-Presidente que em seguida passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA para apresentar o relatório de inspeção aos estabelecimentos prisionais de São Paulo. Iniciando o relator informou que a inspeção destinava-se à Casa de Detenção de São Paulo, mas estendeu-se a outros estabelecimentos penais daquela Capital, por convite do Senhor Coordenador, Doutor OMAR CASSIM. Informou ainda que fez um confronto das conclusões do seu relatório com as conclusões do relatório da inspeção realizada pela equipe do DEPEN. Cotejadas as respectivas conclusões, foram elas aprovadas pelo Egrégio Conselho, após a sua discussão. Além da ênfase dada à situação da Casa de Detenção, foram também consideradas por interesse particular às situações do Manicômio Judiciário e da Penitenciária Feminina da Capital, por serem os estabelecimentos que apresentaram problemas de maior gravidade. Concluindo, o relator solicitou que se complementasse o Aviso Ministerial nº 517 de 13 de dezembro de 1982, destinado ao Governo de São Paulo, com as medidas seguidas nos dois relatórios em apreço. Na mesma oportunidade foram examinados os relatórios relativos ao Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Seguindo o mesmo procedimento o relator considerou as conclusões de seu relatório e as do relatório da equipe do DEPEN, posta a matéria em discussão, manifestaram os Senhores Conselheiros JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e NABOR CESAR SIQUEIRA, sendo, afinal, aprovadas as conclusões dos relatórios em discussão, bem como a complementação do Aviso Ministerial no 518, de 13 de dezembro de 1982, destinado ao Governo do Rio de Janeiro, com as conclusões das medidas sugeridas nos dois relatórios. Terminado o estudo da matéria relativa aos dois relatórios, o Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO fez a seguinte indicação: "Que o CNPP e o DEPEN estudem meios para suspender a colaboração financeira e a assistência técnica da União às unidades da Federação que deixem de cumprir, sem justificativa, as recomendações do CNPP, bem como os Avisos Ministeriais que digam com a execução penal". Para opinar sobre a indicação ora apresentada, o Senhor Vice-Presidente designou uma comissão constituída dos Senhores Conselheiros NABOR CESAR SIQUEIRA, JASON SOARES ALBERGARIA e do Senhor Assessor do DEPEN, Dr. PAULO FERREIRA, indicado pelo Senhor Diretor-Geral do DEPEN. O Senhor Vice-Presidente em consonância com as propostas dos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, ponderou que o CNPP aguardasse a posse dos novos governadores, de acordo com a proposta do Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, para remessa de tais documentos. Nada mais.